

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005.

16 de Setembro de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 20 847/2005 (2.ª série). — *Secretariado da presidência*. — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio para exercerem as funções de secretariado no meu Gabinete as seguintes funcionárias:

Maria Hermínia Silva Serra Gomes, técnica profissional principal.
Maria Rosalina Oliveira Lopes Dias, assistente administrativa especialista.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Setembro de 2005.

8 de Setembro de 2005. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Despacho n.º 20 848/2005 (2.ª série). — *Afectação de motorista à presidência*. — Tendo em vista o disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, designo como afecto à presidente da Comissão o motorista de ligeiros Arsénio António Valverde Trouxa.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Setembro de 2005.

8 de Setembro de 2005. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Despacho n.º 20 849/2005 (2.ª série). — *Designação do vice-presidente que integra o conselho administrativo da CCDR Alentejo*. — Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, designo vice-presidente o licenciado António Manuel Viana Afonso.

9 de Setembro de 2005. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Despacho n.º 20 850/2005 (2.ª série). — *Implementação do conselho administrativo*. — O Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, que criou as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, prevê no artigo 13.º que o conselho administrativo é o órgão deliberativo da CCDR em matéria de administração financeira e patrimonial, o qual integra o presidente, um dos vice-presidentes e o dirigente do serviço incumbido da gestão administrativa e financeira.

Neste contexto nomeio para integrarem o conselho administrativo:

- O vice-presidente licenciado António Manuel Viana Afonso;
- O dirigente Florival António Grazina Ramalhinho, dado ser um dos responsáveis dos serviços administrativos e financeiros da CCDRA.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Setembro.

9 de Setembro de 2005. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Despacho n.º 20 851/2005 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Julho e de 11 de Agosto de 2005 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Rui Nuno Baleiras, e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. João Gomes Cravinho, respectivamente:

Maria Fernanda Bragança da Silva Teixeira, assessora do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento — autorizada, nos termos do n.º 1 dos artigos 90.º e 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, a prorrogação da licença sem vencimento para o exercício de funções com carácter precário no Fundo Monetário Internacional, por um período de 12 meses, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços do Núcleo de Administração, *Cecília Silveira*.

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 20 852/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 15 de Setembro de 2005:

Maria do Rosário Morgado Tomás, técnica profissional especialista, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental — nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de técnico profissional especialista principal, da mesma carreira, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, após confirmação de cabimento por parte da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, considerando-se exonerada do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Rectificação n.º 1652/2005. — O despacho n.º 17 175/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, saiu com inexactidão, pelo que onde se lê «Maria Luísa Marques Moreira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005.» deve ler-se «Maria Luísa Marques Moreira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal do ex-Centro Nacional de Informação Geográfica, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005.».

8 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 8513/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2005, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Hospital de São Bernardo, S. A., sito na Rua de Camilo Castelo Branco, 2910-446 Setúbal, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

25 de Agosto de 2005. — Pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Vice-Presidente, *Hélder Mota Filipe*. — O Director-Geral da Empresa, *Hélder Oliveira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 20 853/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Agosto de 2005 da subdirectora-geral dos Recursos Florestais, e no uso da competência delegada:

Carla Maria da Costa Vilaça — nomeada técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral das Florestas, em face da realização do estágio na área da Engenharia Florestal, conforme estabelece a alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Setembro de 2005. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.